

## Reitores fazem proposta salarial sem parcela fixa

*Próxima reunião com o Cruesp marcada para 29/5*

O Fórum das Seis reuniu-se em 14/5 com a Comissão Técnica do Cruesp, em preparação para a primeira reunião de negociação com os reitores, prevista para 15/5.

Os técnicos do Cruesp apresentaram dados referentes ao impacto na folha de pagamento das três universidades estaduais paulistas a partir de maio/08, considerando a previsão do governo de arrecadação do ICMS de R\$ 48,1 bilhões em 2008.

Ao comentar os números, os técnicos informaram que a USP prevê a contratação de 1.162 novos servidores, dos quais 430 seriam docentes. Apresentaram resultados de simulações com possíveis reajustes. Em particular, mencionaram que a concessão de parcela fixa de R\$ 200 causaria um impacto médio de 4,77% na folha de salários, sendo 4,63% no caso da USP, 4,88% na Unesp, e 4,82% na Unicamp.

### Reunião com Cruesp

A reunião com o Cruesp, realizada em 15/5, se concentrou nos aspectos salariais da pauta de reivindicações. Em resposta à nossa proposta de recomposição salarial para maio/2001 acrescida da parcela fixa de R\$ 200, os reitores propõem: reajuste de 6,51%

para todos, sem parcela fixa. Nova reunião foi agendada para 29/5 às 10 horas.

Numa rápida avaliação, mantido o cenário econômico

atual com crescimento real de 10% e inflação de 4%, a proposta do Cruesp daria um comprometimento médio anual estimado em cer-

ca de 82%, sendo que com o acréscimo da parcela fixa (R\$ 200) chegaríamos ao redor de 85,5%.

Maiores informações so-

bre a reunião e seus desdobramentos serão dadas na assembléia da Adusp de 19/5 (segunda-feira), às 17 horas, na História.

## V Congresso da USP: a universidade em discussão

“Da universidade que temos à universidade que queremos” é o eixo central do V Congresso da USP que acontecerá na última semana de maio, período em que não haverá aulas. O evento está sendo organizado por uma comissão composta por professores, funcionários e estudantes dos diversos campi da USP, eleitos em fóruns de suas entidades: Adusp, Sintusp, DCE e APG/capital.

A Comissão definiu o número de 250 delegados por categoria para participar do congresso. Conforme deliberação do Conselho de Representantes da Adusp, o número de delegados previstos para cada unidade, associado ou não da Adusp, é proporcional ao número de docentes, com ao menos um delegado por unidade (ver tabela). Os delegados e suplentes, conforme sugestão do CR, deverão ser indicados em reuniões nas unidades.

Caso o número de 250 não se-

ja atingido, os suplentes poderão completar a delegação de professores. Os resultados dessas reuniões devem ser enviados à Adusp até 21/5 e o fechamento da lista de delegados de professores será feito em instância da Adusp (CR ou Assembléia) na manhã de 26/5, antes da abertura do congresso, prevista para ocorrer às 14 horas.

A comissão organizadora, além de definir a programação do evento, preparou o regimento do V Congresso que deverá ser discutido e votado na plenária de abertura do evento (ver p. 4).

O encontro das diferentes categorias para discutir as condições de vida e trabalho na universidade que temos, bem como para deliberar sobre ações conjuntas para lutar pela universidade que queremos, é uma oportunidade que não podemos perder. É nossa obrigação deixar uma universidade melhor para as gerações futuras.

### Delegados docentes por unidade

Unidade	Delegados	Unidade	Delegados
EACH	8	FORP	4
ECA	9	FSP	4
EE	4	FZEA	3
EEFE	2	IAG	3
EEL	4	IB	5
EERP	4	ICB	7
EESC	10	ICMC	5
EP	20	IEA	1
ESALQ + Cena	12	IEB	1
FAU	6	IEE	1
FCF	4	IF	7
FCFRP	4	IFSC	3
FD	6	IGC	3
FE	5	IME	8
FEA	8	IO	2
FEARP	3	IP	4
FFCLRP	8	IQ	5
FFLCH	20	IQSC	2
FM	14	MAC	1
FMRP	13	MAE	1
FMVZ	4	MP	1
FO	7	MZ	1
FOB	4	Total	250

## Assembléia Geral da Adusp

**2ª feira, 19/5 às 17 horas no Anfiteatro da História**

Pauta: Campanha Salarial e V Congresso

# Poluição ambiental do Jardim Keralux desaconselhava construção do campus

Daniel Garcia

Tamanha foi a pressão em erguer a “USP Leste”, perdendo de vista o necessário planejamento para, ao invés disso, atender aos interesses do governo estadual, que a Reitoria não levou na devida conta o histórico da área escolhida para a construção do novo campus, cuja principal característica era o grave passivo ambiental. Na época, a Reitoria teria ignorado até mesmo um documento enviado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, alertando para o óbvio: a área não se prestava a esta finalidade.

O resultado é que docentes, funcionários e estudantes juntaram-se aos moradores do vizinho Jardim Keralux no duro convívio diário com as emissões poluentes de diversas indústrias, atestadas por medições da Cetesb; com os riscos de desastre ambiental, uma vez que as fábricas do entorno lidam com substâncias altamente tóxicas e já houve acidentes graves (explosões), com o agravante de que não há rotas alternativas de fuga; e com águas subterrâneas contaminadas por metais pesados, como foi atestado por estudo contratado pela Cohab.

Docentes de vários cursos da EACH preocupados com a situação procuram, sem êxito, a colaboração dos órgãos ambientais: “Não estamos conseguindo dados nos órgãos públicos, como Cetesb, Coesf”, informa a professora Cristina Adams, do curso de Gestão Ambiental (GA). Cristina e outros docentes de GA pretendiam trabalhar as questões ambientais da região como um estudo de caso, a

ser conduzido pelos alunos: “Não conseguimos nenhuma abertura para fazer isso”, acrescenta ela.

## “Laboratório”

Não custa lembrar que em 3/9/2004 a Agência USP publicou declaração de um dos membros da Comissão Central da USP Leste, professor Wanderley Mesias dos Santos, de que “será finalizado até o final de 2004 o projeto de criação de um Centro de Pesquisas Integradas sobre Meio Ambiente Urbano – que será construído na Gleba 2. O principal foco de atuação do Centro será o estudo de problemas de contaminação no ar, no solo e na água, com abordagem multidisciplinar”.

Segundo a matéria, o “Centro de Pesquisas estará capacitado a identificar, caracterizar, classificar e avaliar os impactos ambientais urbanos e urbanos-industriais na região metropolitana de São Paulo e na Bacia do Alto Tietê. Também será um espaço voltado para o desenvolvimento de métodos e tecnologias para a recuperação ambiental”.

A matéria da Agência USP dizia, ainda, a propósito das glebas do campus leste: “Margéada pelo rio Tietê, a Gleba 2 tem problemas de contaminação de solo e de águas e o solo é mais instável. Além disso, o terreno faz divisa com o Jardim Keralux – um bairro extremamente carente da Zona Leste”. E acrescentava a seguinte frase do professor Costa: “A Gleba 2 é um ótimo laboratório a céu aberto.”

Como o campus foi erguido na Gleba 1, alegava-se que não havia motivo para preocupação.

## Enxofre no ar

A comunidade da EACH queixa-se do odor de enxofre, principalmente à noite. O produto está associado às matérias-primas utilizadas pela Bann Química, empresa que produz insumos para a fabricação de pneus. A Bann instalou um filtro de enxofre em dezembro de 2005, o que reduziu as emissões mas não resolveu o problema.

Um estudo da Coordenação de Vigilância de Saúde (Covisa, órgão da Prefeitura) denominado “Monitoramento de Compostos do Enxofre Total Reduzido (ETR) – Jardim Keralux”, relativo ao período de dezembro de 2005 a dezembro de 2006 e baseado em dados da Cetesb, relacionou os diversos efeitos do enxofre sobre a saúde humana. Em ordem crescente de exposição, a substância provoca “percepção do odor e incômodo; dor de cabeça; náusea, vômitos; dificuldade respiratória; desequilíbrio motor; conjuntivite, irritação na garganta e no nariz, tosse; mal estar, nervosismo; efeitos neurocomportamentais” e “outros efeitos graves em exposições elevadas”.

O estudo, conduzido pela doutora em saúde pública Clarice Umbelino de Freitas e pelo engenheiro Carlos Karagüelian, concluiu que a “situação ambiental do Jardim Keralux é inadequada do ponto de vista de concentrações de compostos de ETR” e que é preciso “controlar as emissões a partir das várias fontes considerando o conjunto das empresas”. Solicitou a interdição da Bann pela Secretaria do Verde.

## Água contaminada

Análises na água subterrânea, realizadas pela empresa Waterloo Ambiental a pedido da Cohab, identificaram a pre-



Reunião do Fórum Ambiental do Keralux, em 28/4, na EACH

sença de alumínio, bário, cádmio e níquel em parte da área, e de manganês em toda a área do Jardim Keralux. O composto HCH (usado no inseticida BHC, removido da área pela Prefeitura em 1997), foi detectado em três poços de monitoramento localizados imediatamente a jusante do local onde houve a remoção dos resíduos.

O estudo concluiu não haver risco de câncer ou perigo de intoxicação para as populações de adultos e crianças moradores do Jardim Keralux, “considerando as vias de exposição ingestão acidental de solo, contato dermal com solo e inalação de ar interno e externo”. Também não identificou “nenhum tipo de risco iminente à saúde da população de moradores”.

Porém, advertiu: “em um cenário hipotético futuro, considerando que crianças e adultos moradores da área do Jardim Keralux passem a consumir água subterrânea do aquífero livre, foi identificado risco de toxicidade e de câncer para ambas as populações”.

## Sem rota de fuga

O relatório de 2006 “A EACH e a situação socioambiental do Jardim Keralux”, de au-

toria de um grupo interdisciplinar de docentes, sinaliza com clareza os perigos existentes: “Além disso, a única rota de entrada e saída do bairro é a Av. Arlindo Bétio, onde se localiza o portão principal de acesso à EACH, e por onde trafegam caminhões-tanque carregados com produtos químicos. Há uma enorme preocupação com relação ao fato de esta ser a única rota de fuga dos cerca de 8.000 moradores e 2.500 pessoas da comunidade USP, no caso de acidentes de maior gravidade na Bann Química (o risco de acidentes no local foi considerado grave pela Covisa), principalmente se levarmos em consideração a possibilidade de tal evento ocorrer no período de verão, quando os alagamentos na região são constantes”.

Em março de 2008, a EACH abriu uma entrada próxima à Rodovia Ayrton Senna, de modo que numa situação de emergência o próprio campus pode servir como rota de fuga, como admite o coordenador distrital da Defesa Civil, Geraldo Correa. “Estamos estudando uma rota de fuga. Hoje não existe, estamos lutando para que a gente consiga”.

# “O grande desafio é mobilizar a categoria”

**E**ncerraram-se em 14/5 as eleições para a direção nacional do Andes-SN. O resultado oficial será divulgado em 20/5. O professor Ciro T. Correia, que presidiu a Adusp entre 2001 e 2003 e encabeça a chapa única “Por uma Andes-SN autônoma, democrática e de luta!”, avalia que o grande desafio da próxima gestão da Andes é “mobilizar a categoria” e “conseguir a participação nas instâncias de deliberação”. Segundo o professor, projetos do governo federal como Reuni, Prouni e educação à distância são “bobagens com as quais o governo tenta fazer de conta que está querendo resolver o problema da educação”. Leia abaixo a entrevista:

**Quais os principais desafios a serem enfrentados pela próxima gestão do Andes?**

O grande desafio é mobilizar a categoria e estabelecer um mecanismo de comunicação, de interlocução e de ação conjunta. No momento, você tem uma desmobilização muito grande, por vários fatores: cooptação de grande parte do movimento social pelo governo, exploração muito grande da classe trabalhadora em geral e sobrecarga de trabalho nas instituições universitárias. Um outro desafio é conseguir a participação da categoria nas instâncias de deliberação e com isso acumular mais forças para o duro embate que a gente já vem fazendo com o governo em três campos: aumento do financiamento do ensino em geral e do ensino superior em particular; recuperação salarial da categoria de todos os setores do ensino superior; e melhoria das condições de trabalho nas instituições.

**Como se pretende lidar com os projetos do governo federal?**

De modo mais abrangente, Reuni, Prouni, educação à distância, flexibilização de ensino, são todos bobagens com as quais o governo tenta fazer de conta que está querendo resolver o problema da educação. Esse governo claramente abandonou o compromisso político com o qual ele foi eleito, de derrubar o veto do governo anterior à ampliação do financiamento da educação de cerca de 3% para 7% do PIB, como aprovado pelo Congresso Nacional no Plano Nacional da Educação. A educação recebe, em todos os níveis, R\$ 60 bilhões por ano, e o pagamento de juros para banqueiro é da ordem de R\$ 240 bilhões. A hora em que o governo opta por não mudar a situação do financiamento, opta por não

mudar a realidade do setor educacional. Numa postura cínica e perversa, como ele sabe que a sociedade entende que a educação é importante, ele bombardeia a comunidade acadêmica e a sociedade com uma série de programas supostamente para melhorar a situação da educação e empurra o problema com a barriga. Nós vamos combater essas políticas, batendo na tecla de que é necessário aumentar significativamente o volume de recursos e dar autonomia de gestão administrativa e financeira para as instituições do ensino superior.

**Qual será a atuação frente às fundações privadas?**

O Andes tem feito aquilo que a gente começou a fazer de um modo mais sistemático na Adusp: levantar os dados das fundações e demonstrar que elas não são aquilo que di-

zem ser para o grande público. Não são entidades nem filantrópicas nem de apoio, são entidades que têm fins lucrativos, que têm interesses específicos e que infelizmente atuam na universidade pública em benefício próprio. Embora a gente denuncie isso há décadas, nem o governo federal nem o estadual têm tomado as devidas providências para acabar com esse tipo de vínculo ilegal, ilegítimo, irregular. Essa situação foi se tornando tão grave que têm ocorrido escândalos. Nesse momento, é fundamental denunciar que, na hora em que o escândalo vem a público, os agentes tomam medidas no sentido de parecer que estão dando uma solução para o problema, mas mantêm o status quo. Nós vamos continuar militando no campo jurídico e político e no debate interno na universidade.

## Nossa Caixa demite dirigente sindical

Dirceu Travesso, dirigente da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), foi demitido do Banco Nossa Caixa em 8/5, sem justa causa ou justificativa. “Este é, sem dúvida, um dos maiores ataques contra a organização sindical dos trabalhadores do país nos últimos anos, entre tantos outros, e acontece semanas após a legalização das centrais sindicais pelo Ministério do Trabalho”, declarou a Conlutas.

Dirceu, ou Didi como é conhecido, destacou-se como diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, e fez parte da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que ajudou a fundar. Posteriormente, rompeu com esta central para fundar a Conlutas, da qual tornou-se um dos principais dirigentes nacionais. Também é coordenador do Movimento Nacio-

nal de Oposição Bancária (MNOB- Conlutas). Militante do PSTU, foi candidato desse partido ao governo de São Paulo em 2002 e a deputado federal em 2006, sempre com críticas às gestões privatizantes das últimas diretorias da Nossa Caixa.

### Privatização

A Conlutas considera que a demissão de Didi é parte do processo de privatização da Nossa Caixa, que o governador José Serra pretende levar adiante (seu antecessor, Geraldo Alekmin, deu início à venda do banco): “Neste momento a diretoria está buscando demitir os funcionários que já estão aposentados sem garantir novas contratações, levando a Nossa Caixa a uma condição mais precária para atender a população do estado”.

A demissão ocorreu a ape-

nas 10 dias do término do prazo de inscrição das chapas que disputarão as eleições do Sindicato dos Bancários de São Paulo, ao qual Didi é filiado e cuja presidência disputou em 2005. A Conlutas, a exemplo da eleição anterior, pretende inscrever uma chapa.

Há algumas semanas, a Conlutas, que realizará o seu congresso no início de julho, solicitou à direção da Nossa Caixa a liberação sindical de Dirceu Travesso. A Conlutas enviou ofícios em abril e no dia 6/5, solicitando a liberação, apoiada na legalização das centrais pelo governo. A resposta do governo Serra, dois dias depois do último ofício, veio na forma da demissão de Didi, em vez de respeitar o direito democrático e a organização sindical dos trabalhadores.

## Eleição no Conselho de Representantes da Adusp

Foram eleitos em 13 e 14/5 os(as) representantes de várias unidades junto ao Conselho de Representantes da Adusp (vide quadro).

Saudamos os novos conselheiros e lembramos que as unidades que ainda estão com o cargo vago, de titular e/ou suplente, poderão fazer uma eleição extraordinária no segundo semestre, bastando que os colegas interessados entrem em contato com a Adusp.

Unidade	Titular	Suplente
EACH	Paulo Antonio de Almeida Sinisgalli	Marcelo Ventura Freire
EEL	Domingos Sávio Giordani	-----
EERP	-----	Luiz Jorge Pedrão
FM	Raquel Aparecida Casarotto	Renata Hydee Hasue Vilibor
FORP	Plauto C. A. Watanabe	Solange A. Caldeira Monteiro
FSP	Ana Maria Dianezi Gambardella	Cláudia Maria Bógus
IEE	Virgínia Parente	Ildo Sauer
IME	Pedro Aladar Tonelli	Heloísa Daruiz Borsari
IO	Lucy Satiko Hashimoto Soares	Sueli Susana de Godói

# Docentes falam do V Congresso

Faltam poucos dias para o início do V Congresso da USP (de 26/5 a 30/5). O processo de escolha dos delegados das três categorias e o envio das teses já está ocorrendo, a organização e divulgação estão em reta final. Neste contexto, docentes da USP falam de suas expectativas quanto ao V Congresso, opinam sobre o que deve ser discutido e avaliam a mobilização da comunidade acadêmica para este evento.

## **Kátia Rúbio, EEFE**

“A questão dos contratos faz parte da ordem do dia, mas entendo que também é muito importante a questão dos projetos de universidade de uma forma um pouco mais ampla. O que a universidade se pretende para o futuro, que demandas sociais se colocam para a universidade hoje, se a universidade está acompanhando essas demandas e qual é a finalidade da produção do conhecimento hoje. A universidade está distante, descolada dessas discussões. Então a gente discute questões relacionadas a fundações, questões relacionadas a contrato de trabalho...”

“Agora, para se chegar a uma Estatuinte é preciso muito mais mobilização das três categorias e, nesse momento, não vejo isso acontecer. A menos que essa discussão amadureça, para que um processo estatuinte seja representativo. Nesse momento é precoce”.

“Sempre é muito positiva a possibilidade da mobilização e do encontro. Mas o V Congresso só vai proporcionar de fato avanços se conseguir pensar em inovações do ponto de vista da mobilização da universidade”.

## **Flávio Tavares, Esalq**

“O que pode e deve ser discutido é o que já consta nas pautas, não vejo o que acrescentar. As pautas do V Congresso com certeza são prioridades importantes para a universidade: financiamento da universidade, pesquisa, ensino e extensão... São temas quentes e que, evidentemente, não são palatáveis para quem está nas posições mais altas”.

“Mesmo que o V Congresso seja pouco mobilizado, ele será representativo. Houve todo um esforço no sentido de ter eleição de delegados, de realizar um processo democrático, houve definição das pautas anteriormente. O V Congresso será de muita utilidade. O

que não pode acontecer é perder o foco no pós-evento. Temos que preparar alguma coisa para quando o Congresso tiver terminado, de modo a reverter um pouco a falta de divulgação nos campi, e expandir os resultados. É preciso um trabalho de imprensa, divulgação dos resultados do Congresso, fazer isso chegar a todas as instâncias. Isso é também uma forma de induzir alguma ação por parte dos colegiados”.

## **Elenice Varanda, FFCLRP**

“Nós não estamos tendo muito espaço para discussão dessas questões que estão colocadas no V Congresso e agora é uma oportunidade para parar e discutir muito isso. A burocracia da universidade tem tomado muito nosso tempo e a gente não tem conseguido discutir. Especialmente a graduação. A universidade cobra muito mais a pesquisa do que ensino e extensão. Temos uma política produtivista na universidade, uma pressão para produção cada vez maior, do ponto de vista das publicações. Para mudar essa situação é preciso uma mudança da política geral da universidade, uma mudança na estrutura de poder, dis-

cutir melhor a questão das fundações, todos os seis pontos do V Congresso”.

“Espero que a gente tire linhas de luta para mudanças do Estatuto. Só uma mudança muito grande no Estatuto vai poder modificar a política da universidade. Não é o Conselho Universitário que deve fazer isso. Deve ser constituída uma Estatuinte. Para isso, a gente precisa de muita mobilização. Só com o Congresso não vamos conseguir a Estatuinte”.

## **Oswaldo Coggiola, FFLCH**

“A ausência de verdadeira participação democrática na gestão da USP, em todos os seus níveis, já se transformou em um anacronismo, ou seja, um entrave para o desenvolvimento pedagógico, científico e cidadão (social) da universidade. É no

marco de uma participação restrita, ou nula, de professores, alunos e funcionários, que encontram solo fértil a abolição progressiva das fronteiras entre público e privado (através das fundações e dos cursos pagos), o desleixo com o ensino (falta de professores e outras mazelas), ou a recente tentativa de separação de graduação e pós-graduação.

Somente a mobilização conjunta de nossas três categorias, pela democratização da universidade, pode mudar esse estado de coisas e se contrapor a esse processo perverso. O V Congresso, na medida em que defina o programa e os eixos dessa mobilização, através do debate político, pode ser um ponto de virada dessa história”.

## Gatilho: reunião agendada

Na próxima semana (20/5) teremos nova reunião com a Reitoria para continuar as discussões em relação a ação do gatilho.

Esperamos sair dessa reunião com uma lista de beneficiários de comum acordo entre Adusp e Reitoria.

É importante ressaltar que, para cerca de 4.400 nomes, a Adusp tem concordância, seja com sua exclusão por não atender os critérios da sentença, seja porque já estão listados pela Reitoria como beneficiários. Em 3/4/08 enviamos uma listagem, com aproximadamente 400 nomes que constavam da petição inicial, para que sejam esclarecidos detalhes da situação funcional com conseqüente inclusão ou não na ação. Além disso, nomes de colegas que nos procuraram, e não estavam na

inicial, compõem outra lista para obtenção de informações funcionais, que também foi encaminhada à Reitoria na mesma data.

Outro ponto a ser discutido na reunião é o dos pesquisadores de museus. Lembramos que também enviamos em 3/4 uma listagem dos colegas que entregaram documentos à Adusp comprovando atividade docente.

Na última segunda-feira (12/5), a Reitoria finalmente solicitou, recebendo no dia seguinte, os documentos que estavam em posse da Adusp.

Aguardamos que a avaliação dessa questão, prometida desde a reunião de dezembro/2007, possa ser efetivamente realizada e que resulte no atendimento da justa pretensão dos colegas pesquisadores.

## Regimento do V Congresso da USP

Alguns aspectos do regimento indicado pela comissão organizadora, e que será votado na plenária de abertura do V Congresso são destacados a seguir.

Serão discutidos em grupos de trabalho e plenárias os temas: Ensino, pesquisa e extensão; Financiamento da universidade; Expansão, acesso e permanência estudantil; Fundações e outras formas de privatização da universidade; Estrutura de poder na universidade; e Plano de luta para a instalação de uma Estatuinte democrática

e soberana na USP.

Poderão participar do V Congresso, com direito a voz e voto, até 250 delegados de cada um dos três segmentos (estudantes, funcionários e professores), escolhidos por seus pares e credenciados pela comissão organizadora. Não-delegados credenciados pela comissão organizadora poderão participar, com direito a voz e voto, dos grupos de trabalho. Quanto às plenárias, a participação de não-delegados, com direito a voz, estará condicionada à acomodação prioritária dos delegados.

Os grupos de trabalho discutirão todos os temas e serão formados por cerca de 50 participantes, com no mínimo 15 delegados. Serão encaminhadas para as plenárias as propostas que obtiverem no mínimo 1/3 dos votos dos presentes no grupo. Para a realização das plenárias deverão estar presentes no mínimo metade mais um do número de delegados credenciados. Veja em [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br) a íntegra do Regimento (proposto) do V Congresso, que inclui o calendário das atividades.